

Brasil

Uma Década de Crescimento com Diminuição das Desigualdades

Autor: João Carlos Mendonça Didier Silva Peixe¹

Endereço eletrônico: joaocarlospeixe@yahoo.com.br

Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Área Temática: O Serviço Social e o Desenvolvimento

RESUMO: O artigo analisará a atual situação da sociedade brasileira, trazendo os últimos dados do IDH / Brasil. O Desenvolvimento será abordado teoricamente neste trabalho em um espectro não apenas relativo ao crescimento econômico de uma nação, mas no mais amplo atendimento das necessidades básicas de vida da população brasileira. A abordagem está focada nas políticas de transferência de renda desenvolvidas nos dois governos Lula, e no que essas políticas realmente refletiram em resultados para a diminuição dos índices de GINI e aumento do IDH. Partiremos de uma abordagem histórica da construção social da cidadania no Brasil. Para o desenvolvimento do estudo abordaremos os conceitos de Desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, fazendo breve passagem pelo conceito gramsciano de Hegemonia. Finalizando traremos dados da conjuntura nacional brasileira, formulados pelo IPEA (2008) e recente nota lançada pelo pesquisador da FGV-RJ, Marcelo Neri, a cerca dos dados da PNAD 2010.

Palavras-chave: Desenvolvimento como Liberdade, Desigualdades de Renda, Políticas de Transferência de Renda, Cidadania no Brasil, Hegemonia.

ABSTRACT: The paper will analyze the current situation of Brazilian society, bringing the latest data HDI / Brazil. The development will be discussed theoretically in this work in a spectrum not only for the economic growth of a nation, but in the wider basic needs of life of the population. The approach is focused on the income transfer policies in both developed Lula government, and that these policies actually reflected in results for the reduction of the Gini index and increase in HDI. Depart from a historical approach to the social construction of citizenship in Brazil. To develop the study will cover the concepts of Development as freedom by Amartya Sen, making a brief passage through the Gramscian concept of hegemony. Finally we will bring data from the Brazilian national situation, formulated by the IPEA (2008) and recent research note released by the FGV-RJ, Marcelo Neri, about 2010 PNAD data.

Keywords: Development as Freedom, Income Inequality, Income Transfer Policies, Citizenship in Brazil, Hegemony.

¹ Mestrando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

1 - Introdução

O processo global dissemina e gera um mundo com um nível de riqueza sem precedentes. A democracia se instala como o único sistema político aceitável, além da informação circular cada vez mais facilmente ao redor do globo.

No entanto, segundo Amartya Sen (1999), problemas como a fome endêmica, extrema pobreza, falta flagrante de liberdade e regimes autoritários ainda persistem.

Para Sen, o desenvolvimento tem que estar aliado às liberdades, e considerar estes dois cenários como distintos, seria um erro fatal da economia atual.

Na teoria econômica tradicional, o desenvolvimento de um país é medido por seu PIB, que, dividido per capita, mostra o grau de riqueza alcançado por seus habitantes. Como o PIB é a medida do desenvolvimento, a elevação deste passa a ser considerada a meta fundamental de qualquer governo, de maneira que começam a surgir posicionamentos radicais, como o que afirma, por exemplo, que instituições como Democracia, Direitos Civis, e Liberdade Individual atrapalham o desenvolvimento por não permitir a expansão econômica em seu grau máximo. Tal radicalismo aponta no sentido de que os países em desenvolvimento não poderiam desfrutar de medidas justas e igualitárias até que atingissem um grau de PIB per capita apropriado. Ou a de que os habitantes destes países não se importam (ou não têm razões para se importar) com tais instituições, visto que o que é mais urgente para eles seria a conquista da riqueza.

Segundo Sen (1999), isto gera distorções absurdas. Enquanto, por exemplo, os Estados Unidos são de longe a nação mais rica do mundo, um homem negro americano tem uma expectativa de vida inferior a um homem chinês, um costarricense, ou um habitante do estado de Kerala, na Índia. Isto invariavelmente leva à pergunta: Afinal, de que adianta um modelo de desenvolvimento baseado na riqueza econômica se isto não se reflete na melhoria das condições de vida das pessoas? Para Sen (1999), essas distorções apontam para um novo modelo de desenvolvimento, baseado na expansão das melhorias das condições de vida das pessoas.

2 – Desenvolvimento e Justiça

Sen parte de três modelos que tipificam a justiça, com o intuito de embasar a sua proposta para um novo modelo.

Convencionalmente, aponta Sen, três modelos se apresentam de pronto:

- 1) O utilitarismo,
- 2) O libertarismo e
- 3) O liberalismo de Rawls.

O primeiro, embora tenha a vantagem de se preocupar com as conseqüências dos atos públicos, não dá conta da significativa garantia dos direitos individuais, além de ser insensível às desigualdades na distribuição da utilidade e do problema do condicionamento mental dos menos felizes, que pode levá-los a achar que são menos desfavorecidos do que de fato são.

Já o libertarismo, embora tenha a vantagem de garantir os direitos individuais ao máximo, não consegue de maneira satisfatória conciliar liberdade formal com liberdades substantivas. O exercício da liberdade individual por uma pessoa pode acarretar danos terríveis às liberdades substantivas de outras (como a fome e a miséria extrema) que não podem ser simplesmente negligenciadas.

A teoria de Rawls é a mais flexível das três, mas também apresenta problemas na visão de Sen, já que em muitos casos a simples distribuição primária de bens não resolve o problema. Uma pessoa deficiente, por

exemplo, gastará muito mais da renda mínima distribuída como bem primário do que alguém não-deficiente. Uma teoria atenta às garantias de direitos, e que leve em conta mais aspectos da vida humana, se faz necessária, no entender do autor.

2.1 - A perspectiva das capacidades

Se para Raws era essencial garantir que as pessoas pudessem ter acesso ao tipo de vida que gostariam de ter, não basta se concentrar nos bens primários. A teoria de Sen, a das Capacidades, explica o conceito de “funcionamentos”, que “refletem as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso ter ou fazer” (não passar fome, nem miséria, ser membro ativo da comunidade...). Assim,

“a ‘capacidade’ de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela” (1999, pág. 14)

A Capacidade é a liberdade de efetivar tipos diversos de funcionamentos, ou de levar o tipo de vida que deseja. As escolhas efetivamente feitas pelas pessoas organizam-se em vetores de funcionamentos, enquanto que o conjunto de todas as opções possíveis de funcionamentos para aquela pessoa constitui seu conjunto de capacidades. Quanto ao que conta de fato como uma capacidade a ser protegida, esta discussão de abordar os indivíduos concretos, em suas escolhas reais e vistas em sua condição de agentes do sistema econômico, político e social, e não meros receptores passivos de ajuda governamental, além de em consonância com os valores de sua comunidade.

No entanto, o debate em torno das capacidades só ocorrerá se todos forem incluídos no debate público, o que só com a adoção de pelo menos cinco liberdades instrumentais:

1) Liberdades políticas: Incluem os direitos civis, e referem-se à liberdade de escolha por parte das pessoas sobre que deve governar e porque, além dos direitos de fiscalização e crítica dos governantes através de uma imprensa livre e atuante.

2) Facilidades econômicas: Oportunidades por parte das pessoas para utilizar recursos econômicos para o consumo, produção ou troca. Para isto, os mecanismos de mercado podem ter um valor fundamental, já que permitem a livre circulação de pessoas e produtos na economia.

3) Oportunidades sociais: Referem-se aos serviços de saúde, educação, etc, que permitem ao indivíduo não apenas viver melhor em sua vida privada (escapando da miséria através de um trabalho mais bem qualificado, por exemplo), quanto também participar melhor da vida pública (a capacidade de ler jornais é fundamental para a atividade política, por exemplo).

4) Garantias de transparência: Referem-se à necessidade de uma pessoa esperar sinceridade em sua relação com outras pessoas, instituições e com o próprio Estado. Além de essencial para a coesão social, ela pode ter papel importante na prevenção da corrupção, por exemplo.

5) Segurança protetora: resguarda os vulneráveis de caírem na miséria extrema através de uma rede de seguridade social e outras medidas que visem às garantias mínimas de sobrevivência das pessoas.

Medidas estas que não são tão caras quanto alardeiam alguns, especialmente nos países em desenvolvimento, onde o custo da mão de obra e dos produtos é menor.

Estas liberdades não só permitem ao indivíduo aumentar a sua capacidade,

Ampliando a sua condição de agente, como reforçam umas às outras. O reforço da condição de agente do indivíduo permite-nos também considerar as liberdades instrumentais como importantes por si só.

Fora isto, há evidências claras de que a adoção destas liberdades é um fator a favor, e não contra, o crescimento econômico.

Uma sociedade mais bem educada pode aspirar receber empregos mais sofisticados, a transparência gera confiança nos investidores, que investem mais, etc. Isto quer dizer que o argumento formulado no início que opunha direitos e crescimento econômico estava totalmente mal formulado, pois não se conquista as liberdades depois, mas antes da opulência. Exemplo de como as liberdades instrumentais se reforçam está na força da democracia. Embora seja basicamente composta pelas liberdades políticas, possuindo importância direta pelo aumento das capacidades dos indivíduos, a democracia, ao permitir que as pessoas sejam ouvidas quando expressam suas reivindicações, colaborando com outras, como a segurança protetora. Sen dá o exemplo de nunca ter havido um caso sequer de fome coletiva em um país democrático.

Além disso, por abrir a esfera pública para o debate, possui um papel constitutivo na própria definição do que são as necessidades das pessoas e das capacidades a serem valorizadas.

2.2 – Direitos Humanos

O posicionamento de Sen alinha-se a uma concepção universalista de direitos humanos, que escapa às críticas de que:

1) Não podem ser considerados direitos legítimos, já que são reivindicações pré-legais fadadas a uma, por vir, positividade legal, inscrita no escopo estatutário, tais reivindicações basear-se-iam em apelos éticos, e o fato de não serem direitos comuns não os inviabilizariam na maioria das situações em que são evocados,

2) De que não possuem um dever correlato, alguém que seja obrigado a provê-los, por serem universais, todos estão conclamados e, às vezes, obrigados, a ajudar em sua promoção, e;

3) São valores puramente ocidentais, contudo segundo Sen, existem tanto escritos orientais que os defendem quanto escritos ocidentais que os condenam.

Além disso, dá ao indivíduo direito à autonomia em um sentido mais amplo que a de Rawls, já que lhe garante não só bens primários, mas as capacidades para buscar a vida que deseja.

3 – Brasil: Caminhos trilhados rumo ao desenvolvimento indicado por Amartya Sen

Para se analisar a construção da cidadania no Brasil, devemos interpretá-la à luz de uma sociedade escravocrata com um sistema agrário-exportador, herdados de uma matriz Ibérica, que buscava aplicar em suas colônias um modelo de exploração e não de ocupação integrada dos espaços.

Segundo Ângela Paiva (2010), dentre os traços predominantes de organização social podemos apontar:

- hierarquização na ordem social,
- organicidade na concepção de mundo,
- o patriarcalismo inscrito nas relações sociais,
- o autoritarismo na esfera pública. (p 22)

O Brasil teria passado por uma modernização seletiva, onde se inscreveram desigualdades sociais, em que uma minoria retinha a maior parte da riqueza forjada pelos braços da maioria trabalhadora, além disso, o Brasil foi composto a partir de uma lógica de extremas desigualdades regionais, onde o campo foi esquecido e os direitos valiam apenas para os trabalhadores moradores dos centros urbanos.

Portanto, afirma Paiva, a história republicana brasileira contém um déficit para a construção de uma ordem social democrática que possa ser vista como instância de participação e exercício da cidadania. (p 23)

Assim sendo, cidadania no Brasil era um ideário exclusivo a alguns grupos a quem foi permitido acesso a bens sociais, à justiça, à educação e ao trabalho regulado. (p 24)

Ângela Paiva (2010) afirma que, “..., a formação de uma esfera pública excludente e superposta por interesses privados; uma ordem jurídica formal a prometer sempre justiça num futuro impreciso; uma ordem social injusta, (em) que um suposto desenvolvimento econômico viria, um dia, resolver essa questão social; e, finalmente, uma ordem política autoritária, a privilegiar mecanismos de forte controle social, inclusive militar, nos momentos em que ocorreram conflitos, numa dimensão que a sociedade brasileira não pode suportar.”, viabilizaram uma forma de cidadania esquizofrênica, a o que a autora denomina “cidadania disjuntiva”.

3.1 – Período de redemocratização no Brasil, anos 1980

A questão central para Dagnino (2000) é a da presença da dimensão cultural na luta política no Brasil, isto é, na constituição da cultura como um fato político e seus efeitos na luta por democratização, construção de esferas públicas e exercício de cidadania. Dessa forma, Dagnino polemiza com o *mainstream* das análises sobre democracia na região:

"as análises predominantes da democracia centram-se no que os cientistas políticos batizaram de 'engenharia institucional', requisito para a consolidação da democracia representativa no Sul das Américas" (p 33).

Abordando as possibilidades de mudanças sociais, Paiva (2010) destaca dois acontecimentos que trouxeram para a agenda política de debates a discussão sobre ampliação de direitos no Brasil e a redefinição da estrutura da esfera pública nacional.

Segundo a autora o processo de redemocratização ilumina e descortina a forma arraigada, de um autoritarismo social como modo cultural predominante das relações sociais e da desigualdade econômica no Brasil. No início da transição do autoritarismo político para a democracia, os Movimentos Sociais e os Sindicatos passam a ocupar um terreno de lutas que além de almejar liberdades individuais, lutam por participação nos encaminhamentos políticos e por justiça social no Brasil. Cidadãos passam a expor e reclamar da situação em que vivem, apontando preconceitos raciais, de renda, de gênero, etc.

O desafio era o de ampliar a agenda política, propiciando a participação da sociedade civil em todos os ramos da sociedade.

Como os Partidos não garantiam a efetividade dos direitos de cidadania nem da democracia, os Movimentos Sociais lutam pelo Poder, em via democrática legítima.

Segundo Paiva (2010, p 27), o segundo acontecimento é o aparecimento, pela primeira vez, da preocupação com os direitos difusos, ou direitos das minorias.

Contudo, segundo Paoli e Telles (2000), a relação entre cultura e política não foi em si uma questão central ou privilegiada no debate da esquerda nas décadas antes dos anos 70.

O processo de renovação político-teórico que surge com o processo de redemocratização no Brasil contribuiu para romper as amarras que o marxismo tradicional impunha à análise de cultura e sua relação com a transformação social necessária. Trouxe também mudanças conceituais ao campo específico da análise cultural.

É pelo conceito de Hegemonia que Gramsci formula uma nova maneira de pensar a relação entre Cultura e Política, na qual a primeira se torna constitutiva da segunda. Tal teoria respondeu dinamicamente à concretude dos anseios sociais no Brasil, impondo uma redefinição do conceito de cidadania.

Segundo Alves (2010), a concepção do real é um processo dialético, onde se obtém a consciência crítica através da disputa de hegemonias contrastantes, um conflito no campo da ética e no campo político.

Alves (2010), utilizando os conceitos de Gramsci, aponta o que pode ser aplicado na construção da sociedade brasileira pós anos 80:

“... a criação de um novo bloco histórico, por parte das classes subalternas, pressupõe não apenas a criação de um novo sistema hegemônico, mas também uma crise de hegemonia da classe dirigente, que pode ocorrer quando esta classe falha em algum empreendimento ou quando amplas massas saem da passividade e se inserem na vida política, apresentando certa organização e uma série de reivindicações, ainda que em condições limitadas (Gramsci, 1978b, p. 55, APUD Alves, 2010).

Os movimentos populares passam a compreender a necessidade de luta a partir do momento que não mais apenas aceitam direitos a moradia, saúde, educação e etc., mas sim objetivam o direito a ter direitos.

A Política Cultural é, então, um laço constitutivo entre Cultura e Política. Essa redefinição da Política implica que a Cultura deva ser entendida como concepção de um conjunto de significados que integram as práticas sociais totais, dinâmica propensa a câmbios vindos das lutas da Sociedade Civil.

O processo de redemocratização deu novo ânimo à sociedade brasileira, sobretudo aos que de alguma forma sentiam-se fora do arcabouço jurídico institucional, pseudo-cidadãos, que quando muito depositavam seu voto nas urnas a cada dois anos e aguardavam ser chamados a usufruir das riquezas produzidas e dos direitos a uma justiça igualitária e a políticas que abrangessem a totalidade da população menos favorecida.

Segundo Dagnino (2004), foi essa mesma população antes colocada de lado, excluída do processo decisório e do acesso a uma vida decente em sociedade, que aproveitou o campo democrático para colocar em marcha a sua luta por direitos. A Constituição de 1988 é no entender de Ângela Paiva (2010), uma conquista coletiva e merecida, fruto da mobilização de toda uma sociedade, que após a conquista democrática tem na luta pela igualdade de direitos das minorias seu projeto mais importante.

Entender desenvolvimento humano de uma forma substantiva é aliar crescimento econômico a direitos sociais, civis e políticos, como afirma Amartya Sen. A formação da sociedade brasileira, abordada aqui a partir da argumentação de Paiva (2010), Dagnino (2000 e 2004) e Telles e Paoli (2000), nos mostra que o Brasil teve problemas em várias etapas da sua construção, e que somente a partir da década de 1980 vem se desenhando pelo processo democrático instituindo garantias de estabilidade institucional.

Encaminhada a questão democrática, o Brasil só conseguiu equalizar seus problemas econômicos internos e externos a partir do Plano Real, 1994, que atacou a hiperinflação, e colocou o país em condições de estruturar um futuro estável.

Ao abordar o desenvolvimento brasileiro, usando o modelo de Amartya Sen, podemos afirmar que o Brasil está em uma tendência ascendente de crescimento econômico, melhorias da qualidade de vida, avanços no campo educacional, sistema de saúde universalizado, sistema político democrático consolidado, instituições formatadas e liberdades de participação civil. Quantitativamente avançamos, melhoramos a qualidade de participação da nossa sociedade, mas temos muito a caminhar rumo a uma sociedade realmente, nacionalmente, justa.

Os dados ajudam, indicam tendências, é nesse sentido que tentarei aqui, a partir dos dados construídos pelo IPEA, retirados do censo 2010 e PNAD 2010, além de informações da ONU, demonstrar que o Brasil atravessa uma fase positiva e ascendente, o que tem proporcionado garantias de uma vida mais decente a sua população.

4 – Redução do índice de Gini no Brasil na década 2000-2010

O pesquisador da FGV - Rio, Marcelo Neri afirma:

“Se os anos 80 foram marcados pela redemocratização e os 90 pela estabilização da economia, a partir de 2000 vivemos um período em que se acentuou a redução da desigualdade”.

O Brasil conseguiu atingir, nos anos 2000, o menor nível de desigualdade de renda da história. A conclusão é de uma pesquisa divulgada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O estudo toma como base o índice de Gini, que começou a ser calculado nos anos 60. Com esse resultado, segundo o professor e economista Marcelo Neri, o país conseguiu reverter todo o crescimento da desigualdade registrada nas décadas de 60, 70 e 80.

O estudo mostra que a renda per capita dos 10% mais pobres cresceu 69% entre 2001 e 2009. Entre os 10% mais ricos, o ganho foi de 12,58%. A renda per capita média do brasileiro neste período subiu 23,7% em termos reais.

Afirma Marcelo Neri:

“É como se os pobres vivessem em um país que cresce como China e os mais ricos em um país estagnado”.

Apesar do bom resultado, o pesquisador ressalta que a desigualdade de renda medida pelo índice de Gini no Brasil ainda está abaixo dos padrões dos países de primeiro mundo. O índice de Gini brasileiro está em 0,5304, acima do de 0,42 dos Estados Unidos. Prevê Marcelo Neri:

“Acredito que ainda vai demorar mais uns 30 anos para que possamos chegar aos níveis dos EUA”.

Desde o Real, a pobreza caiu 67,3%. Só no ano passado, a queda foi de 16%. O avanço na redução da desigualdade nos últimos 17 anos é comparável a uma evolução que supera, em termos percentuais, a primeira meta do milênio da ONU, que é reduzir em 50% a pobreza no prazo de 25 anos.

De 1º de julho de 1994 – início do Real – a 31 de dezembro de 2002 – fim do governo Fernando Henrique Cardoso – a pobreza caiu 31,9%. Na era Lula – janeiro de 2003 a dezembro de 2010 – a redução foi de 50,6%.

A educação foi o principal fator de elevação de renda para os brasileiros historicamente menos favorecidos na última década.

Se forem considerados apenas os avanços proporcionados pela educação na renda dos brasileiros a renda da população mais pobre cresceu 55,6% contra 8,12% dos mais favorecidos.

Segundo Neri:

“A educação é, disparado, o principal efeito para a elevação da renda”.

No Nordeste, indica a pesquisa, a renda da população subiu 41,8%, contra 15,8% no Sudeste. Três quartos dessa elevação se devem aos avanços na educação da população nordestina – os demais fatores são programas sociais (chamado de renda não-trabalho).

Quando o aumento de renda considera apenas o acréscimo proporcionado pelos programas sociais, encontra-se, entre os mais pobres, um crescimento de apenas 14,18% a mais que os mais ricos.

A conclusão de Marcelo Neri é de que o ganho com o programa social é quase anulado pela perda na força de trabalho – ou seja, a injeção de dinheiro no orçamento das famílias acaba reduzindo a força de trabalho. A pesquisa identificou uma redução de 14,3% na jornada de trabalho e nas taxas de ocupação e participação no trabalho. Afirma o pesquisador:

“O que você ganha em programa social perde em esforço de trabalho”, frisando não haver comprovação de alguma relação direta entre esses dois aspectos.

Como o aumento na educação fez subir o nível de salário, aumentar os salários, a mão-de-obra de baixa instrução está se transformando em peça raça. Um dos exemplos citados por Neri foi o caso das empregadas domésticas, em grande parte ainda com pouca educação:

“Elas estão ganhando mais por haver poucas pessoas desempenhando tal função”.

A pesquisa divulgada considera, também, o que foi chamado de “desigualdade horizontal”, que consiste em uma análise dos avanços da distribuição de renda entre perfis específicos. Os pesquisadores levaram em conta variações por gênero, raça, escolaridade e regiões do país:

“... é como se o mercado de trabalho para homens e brancos estivesse estagnado, enquanto há expansão para negros e mulheres”.

4.1 – Desigualdades de Gênero – De 2001 a 2009

A renda das mulheres subiu 38%. O aumento no rendimento das mulheres é 17,8% superior ao observado entre os homens, e se explica, segundo o relatório da pesquisa, pelo crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho. Como explica Marcelo Neri:

“... as mulheres estão mais presentes e mais ativas, ou seja, cresceram em número e em volume de horas trabalhadas”.

Apesar do avanço da educação ter sido maior entre os homens, a participação feminina na renda foi compensada pela maior presença do sexo feminino entre os beneficiados por programas sociais.

4.2 – Desigualdades de Raça – De 2001 a 2009

A pesquisa de desigualdade constatou também que a renda dos que se declaram “pretos” e “pardos” subiu, respectivamente, 43,1% e 48,5% entre 2001 e 2009. Entre os brancos, o crescimento foi de 20,1%. Agrupados, pretos e brancos têm um crescimento de renda de 19,06%, enquanto pardos e brancos têm aumento de 24,61%. Essa vantagem em relação aos que se declararam pardos se dá, segundo os pesquisadores, em função do “efeito-educação”, que proporcionou uma diferença de 14 pontos percentuais entre os dois grupos.

4.3 – Desigualdades entre regiões do Brasil – De 2001 a 2009

No Nordeste, a renda do brasileiro, no período estudado, subiu 41,8%, contra 15,8% no Sudeste. Comparando os extremos do Brasil, a renda sobe 46,8% no Maranhão – inicialmente o estado mais pobre do país – contra 7,2% em São Paulo, o estado mais rico em 2001.

Os pesquisadores também se debruçaram sobre as capitais, e constataram que em Teresina, com 56,2% de crescimento, teve o maior aumento de renda. Fortaleza foi a cidade que obteve o maior crescimento de renda nas áreas periféricas, alcançando 52,3%. Comparando esses números com São Paulo, a pesquisa encontrou, na capital, 2,3% de elevação, com 13,1% de aumento na periferia. O padrão de maior aumento nas periferias, em relação à capital, se reproduziu em sete das nove grandes metrópoles brasileiras.

5 - Índice de Desenvolvimento Humano 2010 – Mudanças na metodologia de cálculo

O IDH, um índice divulgado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) que avalia o nível de desenvolvimento das nações, passou em 2010 por alterações na sua metodologia, mas os pilares básicos não foram alterados. O índice varia de 0 a 1 (quanto mais próximo de 1, melhor) e engloba três dimensões fundamentais do desenvolvimento humano:

- Conhecimento, (mensurado por indicadores de educação);
- Saúde, (medida pela longevidade) e
- Padrão de vida digno (medido pela renda).

As modificações ficaram por conta de alguns indicadores e no cálculo final do índice.

Tabela de pesos das variáveis do IDH – modificações para 2010

Dimensão	Como era			Como ficou		
	Indicador	Escala		Indicador	Escala	
		O que era equivalente a 0	O que era equivalente a 1		O que é equivalente a 0	O que é equivalente a 1 (valores máximos observados)
Saúde	Expectativa de vida ao nascer (anos)	25	85	Expectativa de vida ao nascer (anos)	20	83,2
Conhecimento	Taxa de alfabetização de adultos [%]	0	100	Média de anos de escolaridade dos adultos	0	13,2
	Taxa bruta de matrícula nos três níveis de ensino [%]	0	100	Anos esperados de escolaridade	0	20,6
Padrão de vida	Produto Interno Bruto per capita (PPP US\$)	100	40.000 (o que superasse esse valor também era 1)	Renda nacional bruta per capita (PPP US\$)	163	108.211
Cálculo	Média aritmética			Média geométrica		

Tabela 1: Pesos das variáveis do IDH – Modificações para 2010.

Fonte: Pnud 2010

O subíndice longevidade foi o único que não mudou e continua sendo medido pela expectativa de vida ao nascer.

Para esse subíndice temos perspectivas, para o Brasil, de uma tendência ao envelhecimento da sociedade, como demonstrado abaixo.

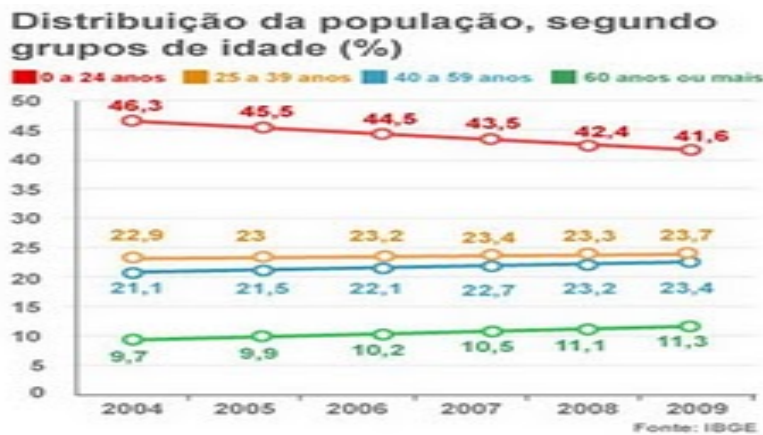


Gráfico 1: Distribuição da população brasileira segundo grupos de idade.
Fonte: IBGE 2009

No subíndice de educação sai a taxa de alfabetização, entra a média de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais) e em vez de taxa bruta de matrícula passa a ser usado o número esperado de anos de estudos (tempo que uma criança ficará matriculada, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar). Essas alterações foram feitas porque alguns países, sobretudo os do topo do IDH, haviam atingido níveis elevados de matrícula bruta e alfabetização. Na avaliação do Relatório de Desenvolvimento Humano, as novas variáveis captam melhor o conceito de educação e permitem distinguir com mais precisão a situação dos países. No entanto, assim como os indicadores anteriores, não consideram a qualidade da educação.

Também houve alterações no subíndice de renda, o PIB *per capita* foi substituído pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*, que abrange os mesmos fatores que o PIB, levando em conta, contudo, recursos enviados ou recebidos do exterior. Ainda foi mantido o modo como os valores são expressos: em dólar corrigido pela paridade do poder de compra (PPC), que leva em conta a variação do custo de vida entre os países.

A classificação quanto ao nível de desenvolvimento deixa de ter valores fixos e passa a utilizar uma classificação relativa. A lista de países é dividida em quatro partes semelhantes. Os 25% com maior IDH são os de muito elevado, o segundo quartil representa os de alto desenvolvimento, o terceiro grupo é o de médio IDH e os 25% piores, os de baixo desenvolvimento.

A fim de possibilitar que sejam verificadas tendências no desenvolvimento humano, a equipe responsável pelo relatório usou a nova metodologia não só para calcular o IDH de 2010, mas também o de 2009 e de outros seis anos de referência: 1980, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005. Para o Brasil, há dados completos desde 2000.

5.1 – Críticas à metodologia de cálculo do IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano tem sido criticado por uma série de razões, incluindo pela não inclusão de quaisquer considerações de ordem ecológica, focando exclusivamente no desempenho nacional e por não prestar muita atenção ao desenvolvimento de uma perspectiva global.

O economista Bryan Caplan criticou a forma como as pontuações do IDH são produzidas; cada um dos três componentes é limitado entre zero e um. Como resultado disso, os países ricos não podem efetivamente melhorar a sua classificação em certas categorias, embora haja muito espaço para o crescimento econômico e longevidade. "Isso efetivamente significa que um país de imortais, com um infinito PIB *per capita* iria obter uma pontuação de 0,666 (menor do que a África do Sul e Tajiquistão), se sua população fosse analfabeta e nunca tivesse ido à escola. Caplan argumenta: "A Escandinávia sai por cima de acordo com o IDH, porque o IDH é basicamente uma medida de quão escandinavo um país é".

As críticas a seguir são comumente dirigidas ao IDH: de que o índice é uma medida redundante que pouco acrescenta ao valor das ações individuais que o compõem; que é um meio de dar legitimidade às ponderações arbitrárias de alguns aspectos do desenvolvimento social; que é um número que produz uma classificação relativa; que é inútil para comparações inter temporais; e que é difícil comparar o progresso ou regresso de um país uma vez que o IDH de um país num dado ano depende dos níveis de expectativa de vida ou PIB per capita de outros países no mesmo ano. No entanto, a cada ano, os estados-membros da ONU são listados e classificados de acordo com o IDH. Se for alta, a classificação na lista pode ser facilmente usada como um meio de engrandecimento nacional, alternativamente, se baixa, ela pode ser utilizada para destacar as insuficiências nacionais. Usando o IDH como um indicador absoluto de bem-estar social, alguns autores utilizaram dados do painel de IDH para medir o impacto das políticas econômicas na qualidade de vida.

5.2 – Evolução do IDH no Brasil – 2000 a 2010

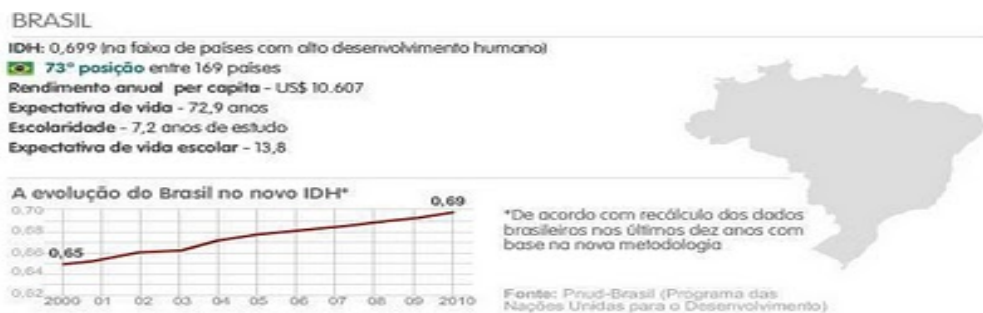


Gráfico 2: Evolução do IDH no Brasil, 2000 a 2010.
Fonte: PNUD-Brasil, 2010

Dados do Brasil

	Expectativa de vida (anos)	Anos de estudos esperados	Média de anos de estudo	Renda nacional bruta per capita (US\$ PPC)	IDH
1980	62.5	..	2.6	7,929	..
1985	64.4	..	3.0	7,318	..
1990	66.3	..	3.3	7,566	..
1995	68.3	..	4.4	8,242	..
2000	70.2	14.5	5.5	8,337	0.649
2005	71.7	14.2	6.6	8,982	0.678
2010	72.9	13.8	7.2	10,607	0.699

Tabela 2: Dados variáveis Brasil para cálculo do IDH, ajustados para a metodologia 2010, 1980 a 2010.

Fonte: PNUD-Brasil, 2010

5.3 - Dados comparativos 2010 – Brasil x AL x Mundo

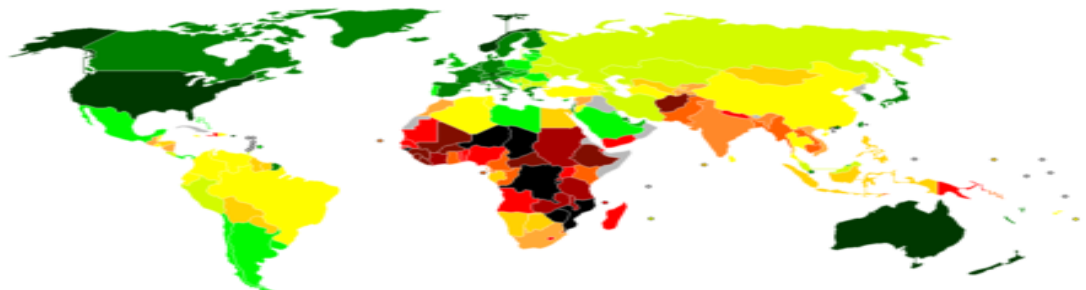
	IDH	Expectativa de vida (anos)	Média de anos de estudo	Anos de estudos esperados	Renda Nacional Bruta per capita (US\$ PPC)
Brasil	0,699	72,9	7,2	13,8	10.607
América Latina	0,704	74,0	7,9	13,7	10.642
Mundo	0,624	69,3	7,4	12,3	10.631

Tabela 3: Dados comparativos IDH: Brasil x AL x Mundo.

Fonte: Pnud Brasil, 2010

O Brasil subiu quatro posições de 2009 para 2010 e ficou em 73º no ranking de 169 nações e territórios da nova versão do IDH. O índice brasileiro, de 0,699, situa o país entre os de alto desenvolvimento humano, é maior que a média mundial (0,624) e parecido com o do conjunto dos países da América Latina e Caribe (0,704), de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano, conforme gráfico 3.

Mapa do mundo indicando o Índice de Desenvolvimento Humano



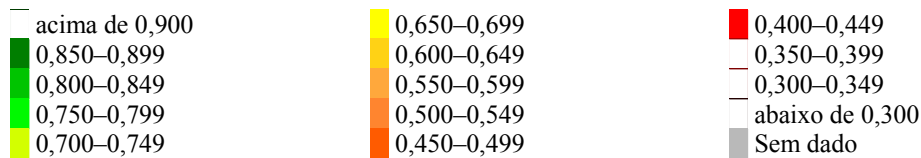


Gráfico 3: IDH no mundo, 2010.
Fonte: PNUD 2010

6 – Considerações Finais

A partir do modelo de desenvolvimento pelas liberdades idealizado por Amartya Sen e dos dados do PNUD 2010, que demonstra uma tendência positiva e ascendente em relação ao desenvolvimento humano no Brasil, tentarei traçar alguns desafios para os próximos anos.

O primeiro desafio seria o de manter as taxas de crescimento do PIB brasileiro na média de 5% na próxima década. Para atingir essa meta o Brasil deve controlar a inflação, mantendo-a a taxas que devam ser menores que as das pretendidas para o crescimento. Deverá ainda reduzir as taxas de juros que dificultam o crédito a iniciativas de livre investimento e equalizar o câmbio, que ao manter o Real supervalorizado prejudica a indústria nacional, conseqüentemente a balança comercial.

O segundo desafio é aumentar o percentual orçamentário federal de investimento para educação e saúde. Como demonstrado na tabela 2, e contrariamente a o que afirma Marcelo Neri no tópico de número 4 deste texto, a variável Educação vem depreciando o IDH brasileiro, no que tange ao subitem “Média de anos de estudo”. Maiores investimentos em educação são ainda necessários para que o Brasil possa fornecer educação de qualidade a todos os brasileiros, independentemente das regiões ou espaços urbanos que habitem. Mesmo um incremento de mais 5% do PIB, somados aos atuais 2,4% do PIB, não traria de imediato, em curto prazo, resultados amplamente positivos, sendo necessária então, a manutenção desses níveis de investimento em médio prazo.

Para a saúde, igualmente em estado deplorável, apesar de não encontrarmos depreciação sistemática para o cálculo do IDH brasileiro, necessita-se maior investimento aliado a uma gestão republicana e competente. Talvez esta variável não venha comprometendo o cálculo do IDH brasileiro por estar ligada à longevidade, mas devemos lembrar que a taxa de natalidade vem caindo, o que contribui para o equilíbrio desse quesito. O que certamente é um desafio é a gestão da saúde no Brasil. Combater a corrupção e diminuir a impunidade nesse setor é fundamental para que a população passe a desfrutar de atendimento humano. É lamentável assistirmos ao descalabro que assola o sistema de saúde no Brasil, onde os que podem pagar por planos privados de saúde, enquanto os que não podem contar com o atendimento privado aguardam atendimento em filas e corredores de Hospitais Públicos, que mais se parecem com depósitos de seres humanos.

Um terceiro desafio é manter o atual sistema de participação política. A democracia, sem percalços, é recente no Brasil. Apesar de muitos acreditarem ser um direito adquirido e dado, Democracia para o atual desafio proposto é muito mais que o simples depósito de um voto a cada dois anos. Democracia é a liberdade

de participação de todos nas decisões da nação, deve ser fomentada pelo governo e amplamente difundida pela sociedade civil. Sociedade civil ampliada, hegemônica e detentora das liberdades que a fazem igualitária e fraterna.

Somado a esse terceiro desafio, o que pode resultar das iniciativas populares, legitimamente representadas, participativas e inclusivas. Luta incessante pelos direitos das minorias, pelo respeito ao planeta do ponto de vista ambiental, pela justa aplicação dos impostos públicos em serviços, pelo decréscimo da judicialização em contrapartida a uma formulação republicana de direitos e deveres éticos.

O Brasil tem avançado, tem incluído uma antes excluída camada da população na vida em sociedade.

No caminho para uma vida melhor para a população brasileira encontramos algumas barreiras: o não respeito aos preceitos republicanos de não apropriação privada dos bens públicos, uma burocracia estatal que faz o país se arrastar, corrupção e impunidade.

Referências Bibliográficas

ALVES, Ana R. Cavalcanti. – “O Conceito de Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe” – In: Revista Lua Nova, n. 80, pp.71 – 96. São Paulo, 2010.

DAGNINO E. - "Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana". Em Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos: Novas Leituras, (Sônia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar, orgs.) Editora da UFMG, 2000.

DAGNINO, E. *Sociedad Civil, Espacios Públicos y Democratización: Brasil*. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”, Políticas de Ciudadania y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización, Daniel Mato e Illia Garcia (coords.), Caracas: UCV, 2002.

PAIVA, Ângela M. de Randolpho. Direitos, desigualdade e acesso à universidade. In: Revista O Social em Questão. PUC/Rio, 2010.

PAOLI M. Célia; TELLES, V. da S. - "Direitos Sociais: Conflitos e negociações no Brasil Contemporâneo". In: ALVAREZ S. E; DAGNINO, E; ESCOBAR, A (Orgs.). Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SEN, Amartya; Tradução Laura Teixeira Motta. (2000), *Desenvolvimento como Liberdade*. 7ª reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras, PP.17 – 134.

Sítios Pesquisados na Internet

<http://salacristinageo.blogspot.com/2010/11/indice-de-desenvolvimento-humano-ou-idh.html> - acesso dia 15/05/11, às 12h00minhs.

http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Desenvolvimento_Humano. Acesso dia 15/05/11, às 14h00minhs.

[http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/brasil-atingiu-em-2010-menor-patamar historico-de-desigualdade-de-renda](http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/brasil-atingiu-em-2010-menor-patamar-historico-de-desigualdade-de-renda) - acesso dia 17/05/11, às 07: 30hs.

<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/educacao-foi-o-fator-que-mais-contribuiu-para-aumento-de-renda-na-ultima-decada> - acesso dia 18/05/11, às 06h00minhs.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/comentarios2009.pdf> - acesso dia 19/05/11, às 05h00minhs.

<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/brasil-chega-ao-seculo-xxi-com-padrao-de-pais-desenvolvido> - acesso dia 19/05/11, às 07h30minhs.

http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3596&lay=pde – acesso dia 20/05/11, às 21h30minhs.